

333 (190) \$601

650 4



Foto: Zeka

Os policiais militares continuam em Pau Brasil, fiscalizando a população, para evitar confrontos armados entre fazendeiros e os pataxós

Fazendeiros discutem estratégias de luta contra pataxós em Itabuna

Itabuna (Da Sucursal Sul da Bahia) – Com apoio da Federação de Agricultura do Estado da Bahia e Central Nacional dos Produtores de Cacau, os agricultores de Pau Brasil, Itaju e Camacã promovem hoje, na sede da CNPC, em Itabuna, uma assembleia para discutir as alternativas de luta contra a ocupação de cinco fazendas pelos índios pataxós, bem como a demarcação de 36 mil hectares, iniciada semana passada por peritos da Funai e do Poder Judiciário federal, um trabalho que inclui a utilização de equipamentos via satélite e tecnologia de ponta e que deverá estar concluído em 180 dias.

Em Pau Brasil, o presidente do sindicato rural, Manoel Arcanjo, explica que a agenda da reunião está sendo elaborada hoje, mas ele

pretende enfatizar a contestação de que a terra é uma posse imemorial e exigir que o estado seja um parceiro no processo, uma vez que a liminar que concede as cinco fazendas não se aplica no caso em litígio, ou seja, a disputa dos 36 mil hectares. Os produtores também cobram o apoio da CNPC e Federação de Agricultura do Estado da Bahia e não discutem a ocupação das cinco fazendas de 780 hectares, mas da área de 36 mil hectares.

Ontem, Pau Brasil viveu um dia normal e relativamente tranqüilo. A Polícia Militar e a Polícia Federal têm contribuído para evitar incidentes entre índios e fazendeiros, e o clima ficou mais desanuviado após a desocupação da fazenda Bom Jesus, com a retirada dos pertences da família do agricultor Aristides Cou-

to e de cinco postes e do transformador de energia elétrica, após negociações com a PF e Funai.

Medição preocupa

O anúncio da medição de uma área de 36 mil hectares na ação do STF da Funai em defesa dos pataxós criou preocupação em fazendeiros. Em Camacã, Alberto Gonçalves Perreira, de 70 anos, se sente inseguro e sem garantia nenhuma mesmo com a posse de um título emitido em 1936, pelo então governador Landulfo Alves. Ele vem realizando um trabalho de diversificação considerado modelo, que foi destacado pela Ceplac e Secretaria da Agricultura no ano passado. Embora a sua produção de cacau tenha caído de seis mil arrobas anuais para 500, a fazenda produz

em média de 200 a 300 caixas por semana de hortifrutigranjeiros, além de 300 litros de leite por dia – metade para a Coograp e a parte restante para a fabricação de queijo tipo mussarela –, além de mel, cachaça – 150 litros por dia dos canaviais e alambiques da fazenda, bem como o criatório de abelhas.

A fazenda tem ainda criatórios de porcos e o agricultor diz que mora na fazenda “e vivo da agricultura, este ano paguei R\$ 1,4 mil de imposto de renda, emprego 28 pessoas e o que é mais grave, não tenho nenhuma garantia de posse das terras, com cinco filhos e uma filha que é deficiente. Confiei num documento do governo e não sei como vai ficar a minha situação e da minha família”, finalizou.

VIDE-VERSO

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Cacique espera disputa judicial

O cacique Naiton Pataxó considera que os pataxós ganharam direito à posse da terra mas cabe aos fazendeiros cobrarem os seus direitos na Justiça após o levantamento fundiário e das benfeitorias: "Hoje, nós ganhamos a posse permanente de uma área que vinha sendo reivindicada na Justiça, mas isto não altera em nada o processo pelos 36 mil hectares, o que será decidido após a perícia iniciada agora, com a demarcação dos rumos a partir da fazenda de Arquinedes Amazonas, em Itaju do Colônia".

A pouca instrução não é problema para Naiton Pataxó, que defende a formação de índios advogados para defesa de uma causa comum. "Estamos defendendo a nossa casa que foi invadida e o

índio faz a sua casa onde quer que ele queira. O trabalho de demarcação dos peritos foi iniciado no março zero e terá desdobramentos na fazenda de Armando Pinto, no Pau Escrito, nos Budarós e em outros marcos que serão identificados a partir da caderneta de campo do SPI, que é o documento básico para todo o trabalho". E acrescenta:

- Estamos satisfeitos porque a equipe de peritos que está aí tem o compromisso de fazer o seu trabalho. Hoje, o que queremos é a conclusão da demarcação e do processo que foi iniciado há 15 anos.

Uma preocupação sua é com o crime que resultou na morte de Galdino de Jesus Santos, que foi incendiado por um grupo de adolescentes em Brasília, "porque há uma brecha para a

liberação dos assassinos, um crime hediondo, uma vez que embora presos em flagrante, os assassinos têm a chance de responder ao processo em liberdade". Questiona ainda as acusações de que o Galdino de Jesus teria participado de modo ativo da morte do seu primo - também morto em circunstâncias similares, em Pau Brasil: "Isto é uma manobra dos fazendeiros. Ele sempre foi uma pessoa bem comportada e não teve envolvimento em nada e não é do conhecimento da comunidade uma agressão a outra pessoa".

- O que considero é que está claro para a Justiça que esta terra é tradicionalmente ocupada pelos índios - faz questão de lembrar Naiton - cabendo à União a demarcação e sua proteção. As terras servem para a produção e

reprodução da comunidade. Dizem também que o que queremos é muita terra para pouco índio. Mas este é um direito nosso e uma terra suficiente para atividades produtivas e reprodutiva, além disto, temos mais de mil parentes que não têm onde ficar. Hoje, na área onde estamos, teremos apenas um povoado com uma casa e um quintal para cada família.

Acredita que com as cinco fazendas ocupadas agora, os pataxós têm um espaço maior para suas atividades. Além disto, fica resolvido de certa forma o problema do abastecimento de água, em função da ocupação das nascentes do Rio Mundo Novo, mas, precisa também avaliar a qualidade da água distribuída para a população.